

LOURES PARQUE - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II – BALANÇO

III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

IV – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

V - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

VI - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

VII - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

VIII - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1 – Objeto social

A Loures Parque EM atento o disposto no artigo 4º dos estatutos, tem por missão principal a gestão de zonas de estacionamento de duração limitada e parques de estacionamento.

Compete ainda á Loures Parque EM fiscalizar e ordenar o estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada, conforme delegação de poderes efetuada pela Câmara Municipal de Loures e legislação para o efeito.

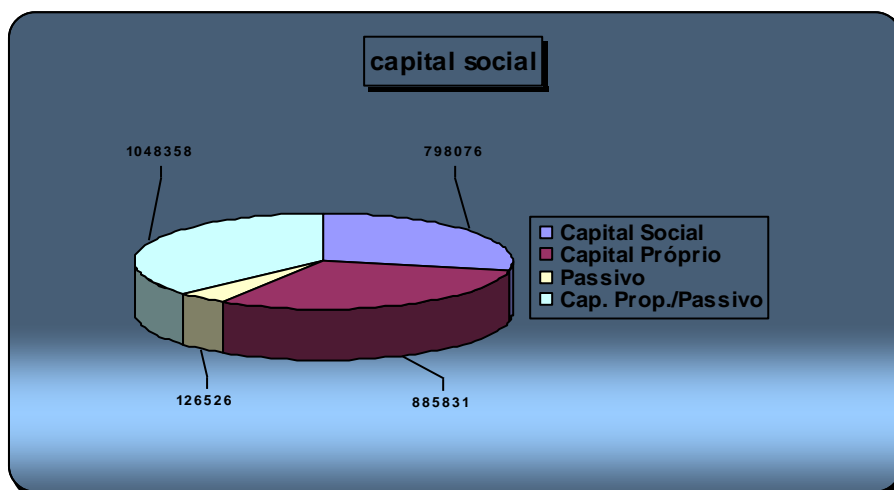
Dentro do objeto social, compete ainda emitir dísticos de residentes, autorizações de estacionamento e controlar a ocupação da via pública no tocante às bolsas de estacionamento.

O Conselho de Administração seguiu critérios de gestão assentes num plano de equilíbrio económico – financeiro da empresa sem recurso a qualquer subsídio ou endividamento.

Observaram-se os princípios estabelecidos nos documentos de gestão previsional para o ano 2012, bem como as boas praticas de gestão pública, normas do sistema de normalização contabilística (snc) e da contratação pública (ccp).

2 – Capital social

O capital social está totalmente realizado e é subscrito pela câmara municipal de Loures.

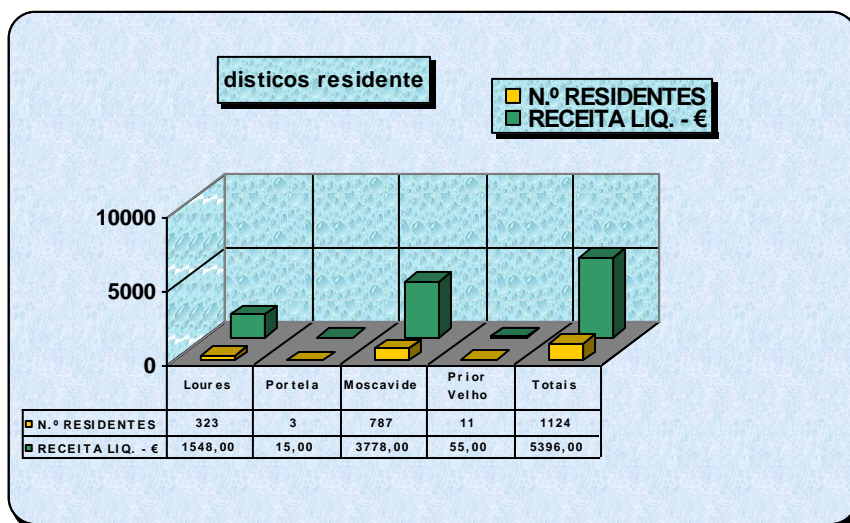


Estão preenchidos “a contrário” os pressupostos do artigo 35º do código das sociedades comerciais. O capital próprio representa 111% do capital social.

3 – Zonas de estacionamento de duração limitada

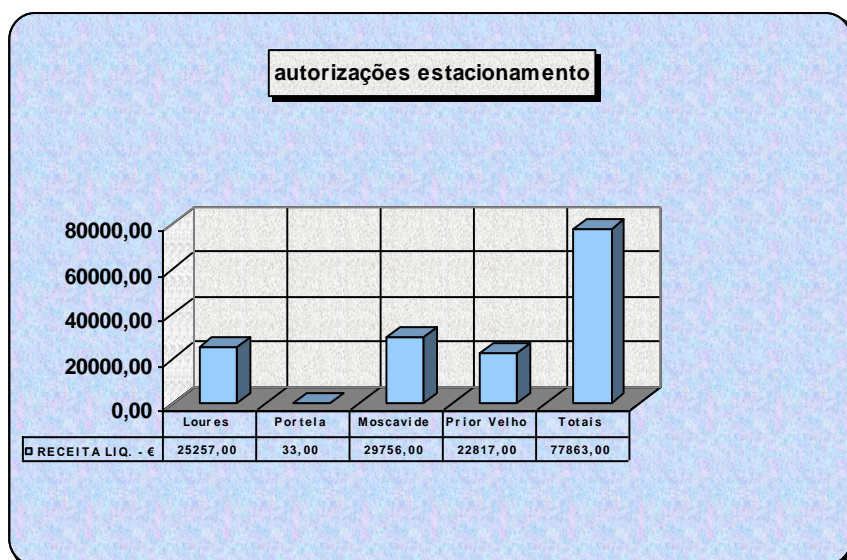
3.1 – Residentes

O dístico de residente tem validade de dois anos. Em média cada requerente tem duas viaturas. Os proveitos dos dísticos de residente cifram-se em 5.396 € anuais. Este proveito não é suficiente para cobrir os custos administrativos.



3.2 – Autorizações de estacionamento

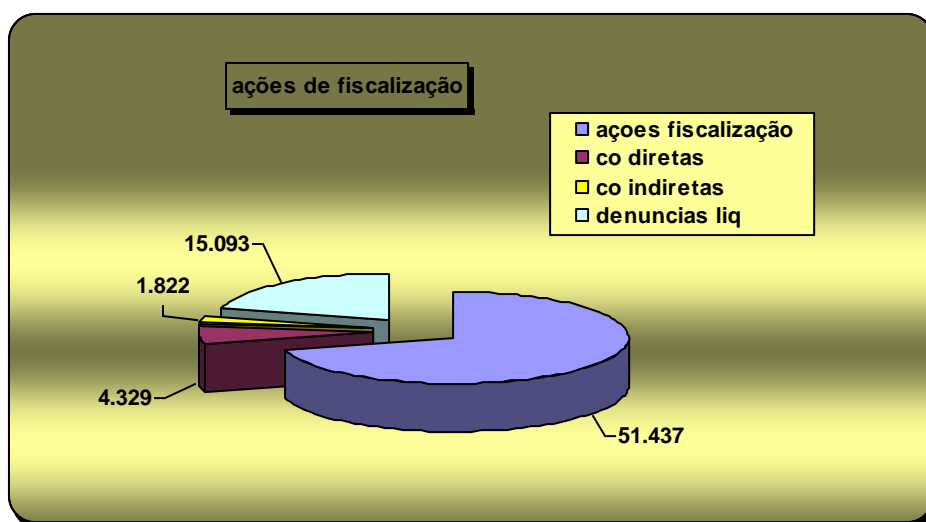
Em todas as zonas ou subzonas é permitido aos utentes que exerçam alguma atividade na respetiva zona possam requer autorização de estacionamento mensal ou outra modalidade. Desta forma o estacionamento diário tem custos muito baixos.



3.3 – Das ações de fiscalização

O ordenamento do estacionamento e a rotatividade do mesmo nas zonas de estacionamento de duração limitada só se consegue se de facto existirem ações de fiscalização.

Utilizou-se um a fiscalização pró ativa, havendo sempre a possibilidade de se obter título de estacionamento previamente a qualquer ação punitiva.



Das ações de fiscalização efetuadas verifica-se que **8,42%** originaram autos de notícia diretos, **3,54%** originaram autos de notícia indiretos e **29,34%** foram liquidadas após emissão de denúncia.

Verifica-se que das ações de fiscalização em 2012, apenas 41,30% tiveram consequências, ou seja, **ficaram sem tratamento 58,70% das ações**. Este aspeto burocrático deverá ser objeto de atualização e melhoramento da eficácia no futuro automatizando o sistema.

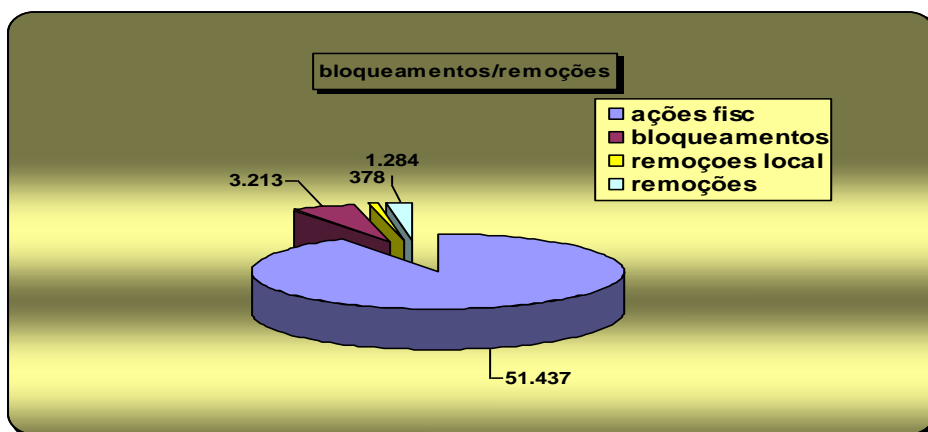
Em termos abstratos e considerando o universo de utentes que estacionaram nas zonas de estacionamento de duração limitada – **1.338.212** – apenas **3,7% cometeram infração**, ou seja, foram objeto de autos de denúncia. Obviamente que se tem a noção que as ações de fiscalização não cobriram na sua totalidade as viaturas estacionadas.

3.4 – Das contraordenações

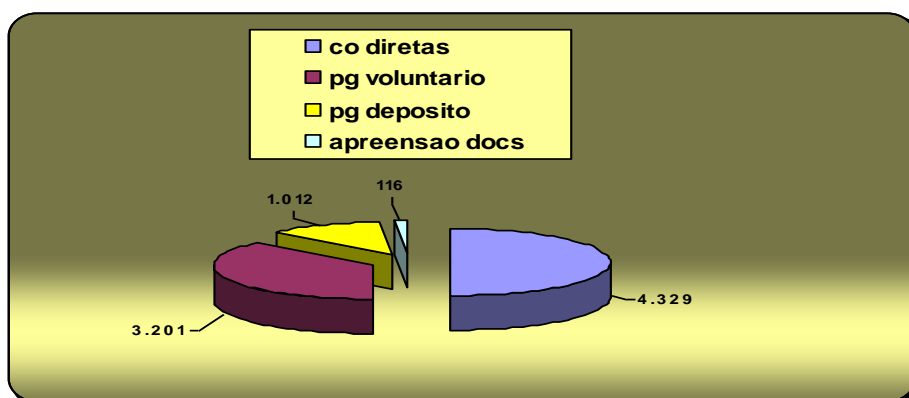
Das ações de fiscalização foram sujeitos a ação de bloqueamento 3213 veículos, ou seja, **6,25%** das ações de fiscalização. Foram sujeitos a remoção 1284 veículos, ou seja, **2,5%** e 378 veículos sujeitos a remoção no local – **0,73%**, ou seja,

a operação de remoção iniciou-se mas não se conclui por ter chegado o condutor da viatura.

No total foram sujeitos a bloqueamento nas diversas vertentes 9,48% das ações de fiscalização.



Do total das contra ordenações diretas 73,94% das coimas foram liquidadas voluntariamente e apenas 2,68% optaram pelo pagamento posterior.



Nos termos legais, do produto das coimas por infração ao código da estrada cabe às diversas entidades as seguintes percentagens: **1) Estado 35%; 2) ANSR 10%; Entidade Autuante 55%**. As devidas quantias são transferidas mensalmente para as entidades em causa.

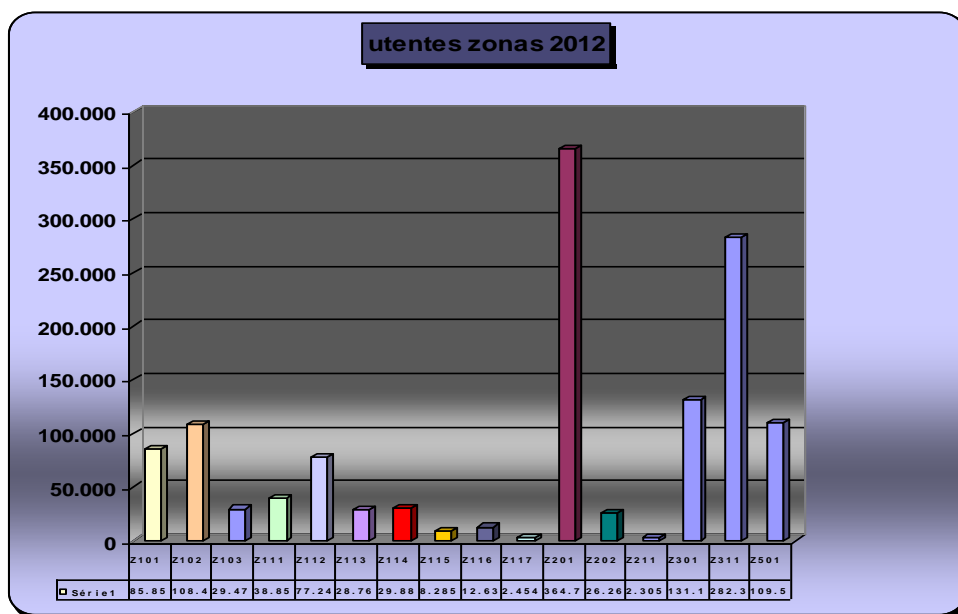
A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária recebeu o valor de 14.859,91 € relativo ao produto das coimas cobradas diretamente pela Loures Parque EM e o Ministério das Finanças recebeu a quantia de 52.009,93 €.

Relativamente ao número de coimas aplicadas e recebidas a execução foi de 85,58 %

3.5 – Utentes por zonas

As zonas de estacionamento de duração limitada, são diferenciadas quer em número de bolsas de estacionamento, quer quanto à aplicação de tabela de preços e frequência de utentes.

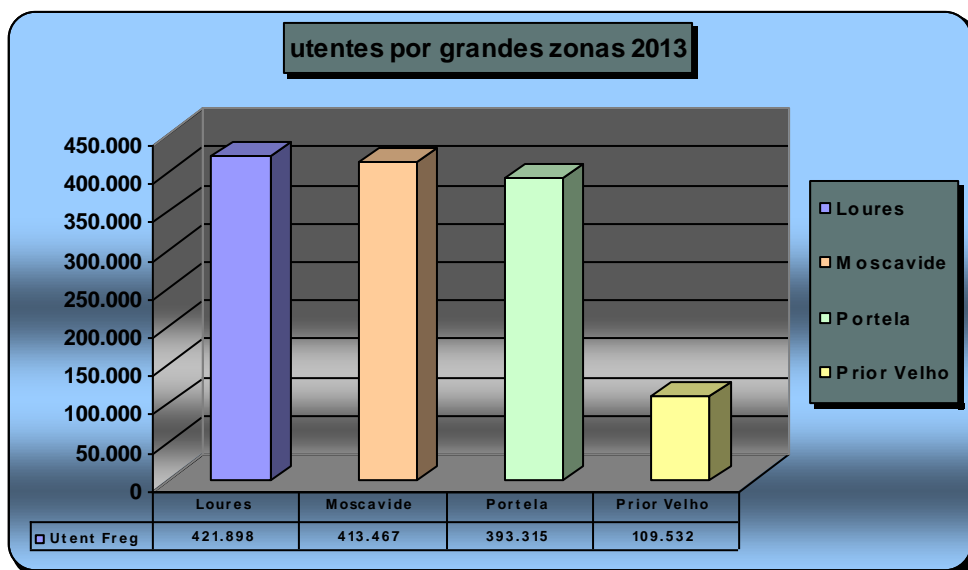
A ocupação por zonas é variável conforme o número de bolsas de estacionamento e a centralidade das mesmas relativamente aos serviços.



Verifica-se uma normal e procura na utilização das zonas de estacionamento de duração limitada e uma disponibilidade de lugares de estacionamento, tendo atingido em 2012 um total de **1.338.212 utentes que obtiveram título de estacionamento via parcómetro**. Verificou-se um decréscimo relativo ao ano anterior de 0,14 % de utentes.

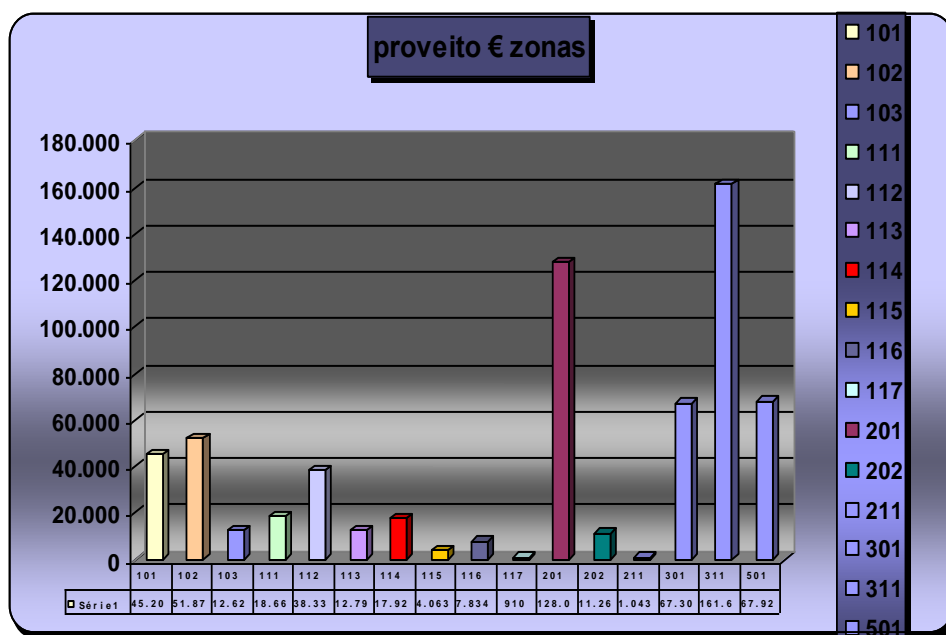
É de salientar que algumas zonas ou parte das mesmas sofreram supressões temporárias de estacionamento durante meses devido a obras de terceiros e sem qualquer ressarcimento dessa mesma supressão.

A distribuição de utentes por grandes zonas verificou-se da seguinte forma:

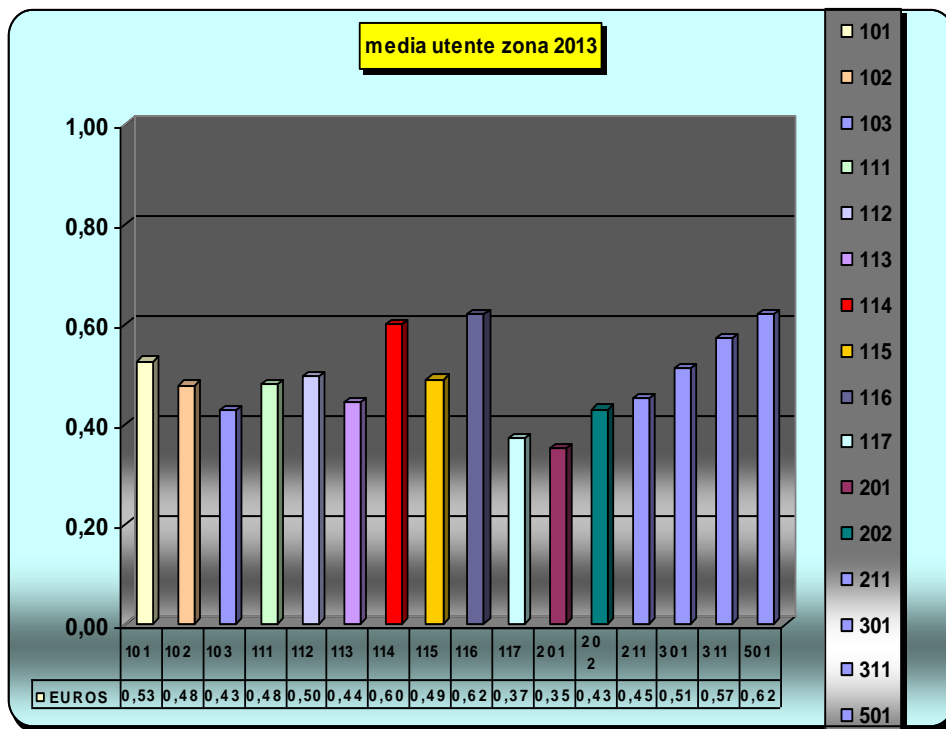


3.6 – Proveitos por zonas

Os resultados operacionais nas diversas zonas de estacionamento espelham-se da seguinte forma:



A média em € que cada utente dispôs foi de 0,49 €, situando-se assim dentro dos parâmetros da 1ª hora.



3.7 – Títulos de estacionamento pré comprados

Em 2012 continuou-se a usar os títulos pré comparados (raspadinhas) e obteve-se um proveito de 6.463 € de venda direta destes títulos. Os títulos concedem um crédito de estacionamento de 1 hora.

Os títulos pré comprados preveem a possibilidade de se fazer publicidade comercial nos mesmos.

Os títulos são vendidos em diversos locais de comercio sitos nas zonas de estacionamento.

Loures Parque **TÍTULO DE ESTACIONAMENTO**
1 hora Valido nas zonas de estacionamento de duração limitada do Município de Loures
Cont. 505 072 947

MÊS

Jan. Feb. Mar. Abr. Mai. Jun.
Jul. Ago. Set. Out. Nov. Dez.

DIA

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13
14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26
27 28 29 30 31

HORAS

08 09 10 11 12 13 14
15 16 17 18 19 20

MINUTOS

0 15 30 45

N.º 100001 C 0,45 €
I.V.A. 21%

Av. Dr. António Carvalho de Figueiredo, n.º 28 A • 2670-405 Loures
Tel.: 21 982 17 81 • Fax: 21 982 12 77 • E-mail: louresparque@louresparque.pt
Entidade Autuante: 110700100

Instruções

- Raspar os espaços correspondentes ao mês, dia, hora e minutos de chegada.
- Colocar este título no interior do veículo, junto ao pábrabis, com o rosto para exterior de modo a serem visíveis as menções (data/hora) dele constantes.
- O não cumprimento das instruções acima referidas, serão punidas pelo Código da Estrada.

(ESPAÇO PUBLICITÁRIO)

Nome: _____

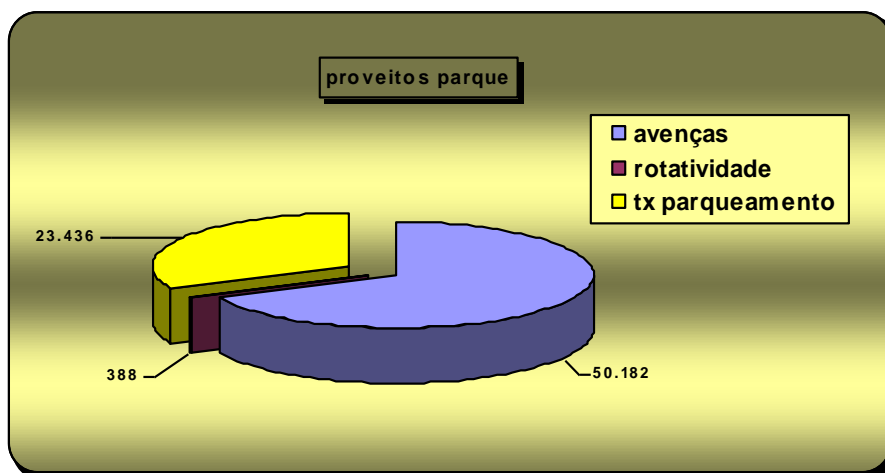
Cont. N.º

Simultaneamente ao uso destes títulos, celebrou-se protocolo com a associação de comerciantes no sentido de se estabelecerem títulos pré comprados com destino exclusivo à restauração aderente com publicidade e com credito de estacionamento só para horário compreendido entre as 12H e as 14H.

4 – Parque de Sacavém

4.1 – Ocupação do parque

O parque de Sacavém é um parque predominantemente residencial. Para além desta valência são recolhidos no parque as viaturas removidas da via pública. Estas duas vertentes conferem sustentabilidade nos custos.



Em média mensal para uma capacidade de 240 lugares verifica-se uma ocupação de 105 viaturas ligeiras e 41 motocicletas. Tomou-se a opção de se estabelecer nos lugares laterais a afetação a reserva de lugares a motocicletas. Em termos globais, o parque está com ocupação de 50%. A rotatividade é praticamente nula.

4.2 – Parqueamento de viaturas removidas

As viaturas removidas da via pública são parqueadas no parque de Sacavém, pelo qual foi reservada uma área no último piso correspondente a 20 lugares.

A taxa de parqueamento de viaturas removidas é de 17 €/dia nos termos da portaria 1424/01 conjugada com a portaria 1334F72010. Esta receita é afetada ao centro de custos do parque.

No ano 2012 foram parqueadas por esta razão 1284 viaturas, gerando uma receita de 23.436€.

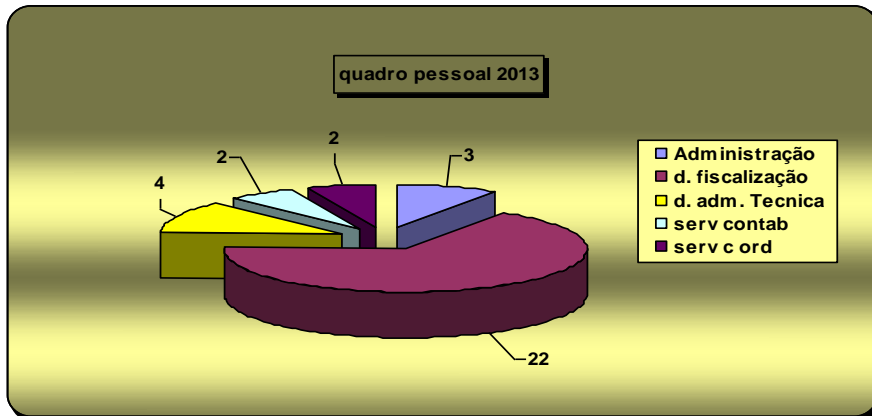
4.3 – Viaturas em fim de vida

Das viaturas removidas da via pública, 20 foram sujeitas a desmantelamento em virtude de os seus proprietários não as terem reclamado ou as terem entregues para esse efeito.

5 – Pessoal

5.1 – Quadro de pessoal

O quadro de pessoal manteve-se relativamente estável, tendo havido rescisão de contrato voluntariamente no decorrer do ano de **três elementos**, um do quadro de fiscalização e dois do quadro de administrativo.

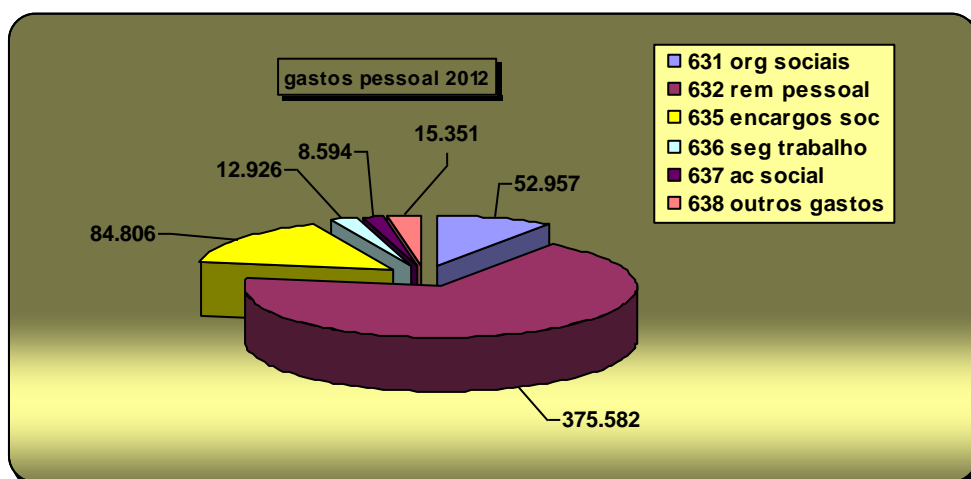


Um trabalhador encontra-se com o contrato de trabalho suspenso devido a baixa médica prolongada.

Desde inícios de setembro 2012 que o conselho de administração é composto por dois membros.

5.2 – Custos pessoal

Os custos com o pessoal cifraram-se em 550.218 €, representado 43,37% dos proveitos gerais.



Salienta-se que o pessoal da Loures Parque EM, pese o facto de serem sujeitos ao contrato individual de trabalho, ficaram subordinados às regras impostas pelo orçamento do estado, nomeadamente no corte das horas extraordinárias, subsídios e remunerações.

5.3 – Formação pessoal

A formação sempre foi vista como uma vertente essencial no desempenho das funções a todos os níveis. Há sempre uma formação contínua no aperfeiçoamento das ações individuais e coletivas.

Em 2012, todos os agentes de fiscalização foram sujeitos a formação específica de 42 horas por entidade externa à Loures Parque EM e devidamente credenciada para o efeito. Esta formação conjuntamente com outras obtidas ao longo dos anos, originaram a credenciação de todos os agentes de fiscalização por parte da ANSR – Autoridade nacional de Segurança Rodoviária – como agentes de fiscalização de trânsito.

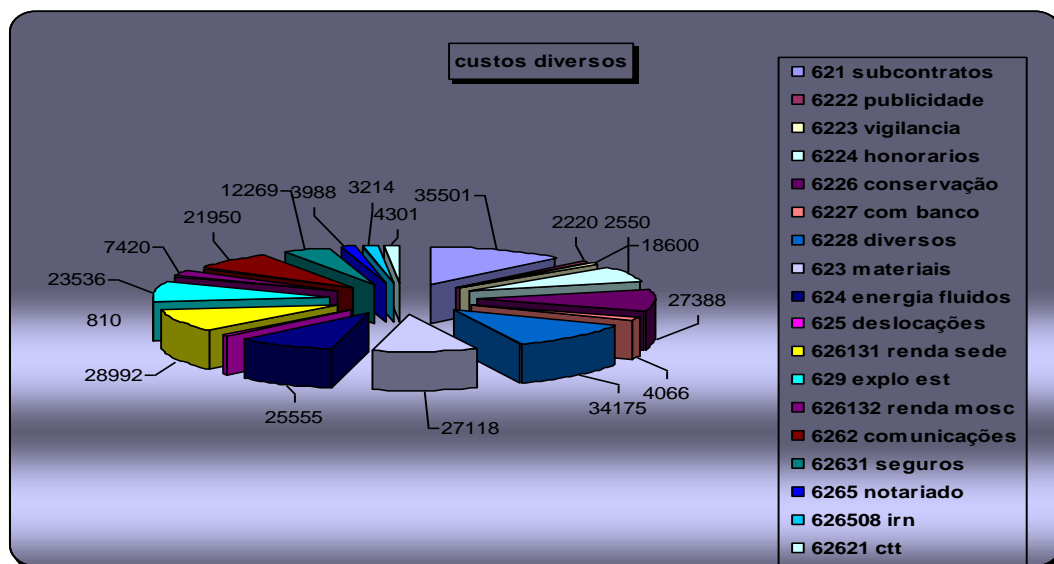
Também pessoal afeto á contabilidade teve formação específica através de seminários na área ligada aos procedimentos públicos nas várias vertentes.

6 – Custos gerais

6.1 – Custos de serviços

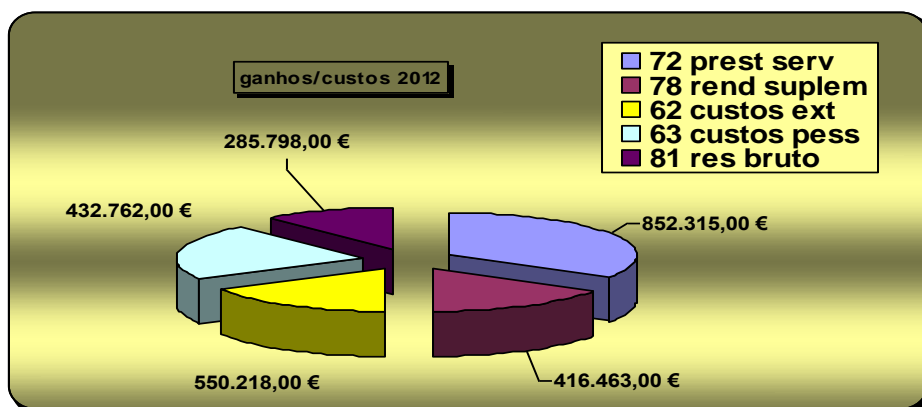
O custo dos diversos serviços foi controlado e ficou abaixo das previsões estimadas para 2012.

O custo total dos serviços externos foi de 432.762 €, representando 34,11% dos ganhos.



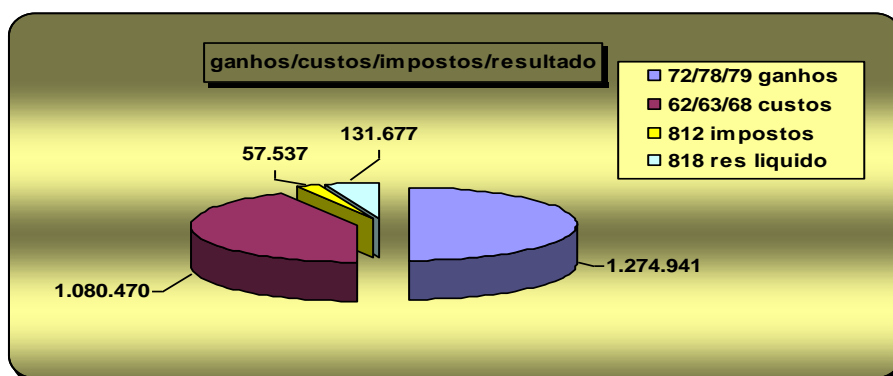
6.2 – Relação de ganhos e custos

Verifica-se que o saldo entre proveitos totais e custos totais, sem amortizações e impostos foi positivo.



6.3 – Resultado operacional e líquido de exercício

O resultado operacional de 2012 foi de 184.311,94 € sendo que o **resultado líquido de exercício foi de € 131.676,56.**



7 – Relações institucionais

Concedeu-se gratuitamente a ocupação de diversas bolsas de estacionamento, no âmbito de diversos eventos, nomeadamente o festival do “Caracol”, “festas da cidade” promovidos pela Câmara Municipal, bem como para o Carnaval, promovido pela Associação de Carnaval de Loures.

Em colaboração com a CML concedeu-se estacionamento gratuito aos professores da Universidade Sénior “Academia dos Saberes”.

Concederam-se facilidades de estacionamento a instituições sem fins lucrativos e ou de solidariedade social, tais como associação Luís Pereira da Mota, Centro de Saúde de Loures e Sacavém.

Colaborou-se com a associação de comércio e serviços do Concelho de Loures, durante o mês de dezembro, oferecendo uma hora de estacionamento, conforme pratica dos anos anteriores.

INFORMAÇÃO

Estacionamento Gratuito **pele Período de 1 Hora**

Durante o mês de Dezembro de 2009 todos os tickets de estacionamento, são válidos pelo período de tempo obtido, acrescido de uma hora.

Faça compras no comércio local.

Estacione bem

com

a Loures Parque E.M.

 **BOAS FESTAS !**



ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DOS CONCELHOS DE LOURES E ODIVELAS

8 – Campanhas de sensibilização

Continuou-se com a campanha de sensibilização da recolha de tickets.



9 – Execução

Os utentes das zonas de estacionamento de duração limitada que obtiveram título de estacionamento, relativamente às previsões, decresceu cerca de 2,5% correspondente a 34.578 utentes. Tal facto, é principalmente derivado á supressão temporária de lugares de estacionamento devido as obras.

Os custos de pessoal foram menores devido ás diretivas inscritas no orçamento de Estado, aplicáveis ás empresas municipais.

Os custos gerais estabeleceram-se dentro das previsões e houve um controlo de todas as despesas.

O parque de Sacavém cumpriu a sua missão principal de parque residencial cumprindo as previsões, mas com uma ocupação de cerca de 50%. O sistema de controlo de acessos teve um upgrade de valor de 2950 €

Na zona 501 Prior Velho foram criadas bolsas de estacionamento, conforme previsto tendo sido colocados 5 parcómetros, alargando-se a área de oferta do estacionamento.

Iniciaram-se em 2012 as obras de beneficiação de passeios em Moscavide, formando “ilhas” para permitir o estacionamento legal ou impedir o mesmo, facilitando o fluxo de trânsito.

Criaram-se melhores condições de trabalho no setor do atendimento ao público, fazendo um investimento de 5609 €.

Implementou-se diversa sinalização vertical e horizontal no valor de 7859 €. Colocara-se pilaretes a fim de evitar o estacionamento abusivo nos passeios de valor de 3750€.

Foi adquirido um veiculo destinado à remoção de viaturas, conferindo maior eficácia às referidas operações, bem como diminuíram os custos de terceiros.

Cumpriram-se os pressupostos dos documentos de gestão previsional para 2012, fazendo um controlo sistemático da execução orçamental, controlando principalmente as despesas para se obter os melhores resultados.

10 - Reconhecimento

Não podemos de deixar aqui uma nota de reconhecimento a todos os trabalhadores da Loures Parque EM da forma como exerceram a sua função. Uma nota especial ao corpo de fiscalização da Loures Parque EM pelo seu desempenho na função geral da empresa, nomeadamente o contributo essencial e determinante para o ordenamento e rotatividade do estacionamento.

Uma nota de agradecimento á associação de comércio e serviços de Loures, pela forma colaborante que tem tido com a Loures Parque EM.

Uma nota de agradecimento à câmara municipal de Loures, da forma como os diversos serviços tem colaborado com a Loures parque EM.

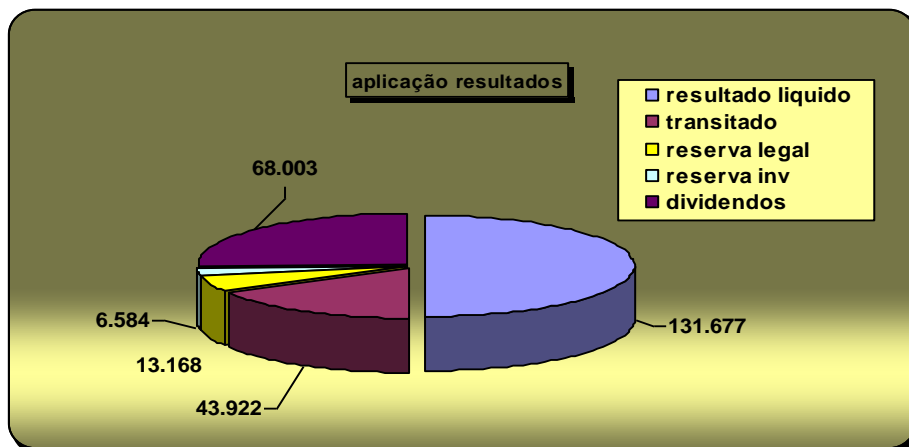
11 – Proposta de aplicação de resultados

Considerando que o resultado líquido de exercício de 2012 foi de € 131.676,56 PROPÕE-SE:

Atento o disposto no código das sociedades comerciais, conjugado com os estatutos da Loures Parque EM, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados líquidos:

1. A quantia de 43.921,72 € para cobrir resultados transitados

2. A quantia de 13.167,66 €, correspondente a 10% para reservas legais
3. A quantia de 6.583,83 €, correspondente a 5% para reservas de investimento
4. A quantia de 68.003,36 € para distribuição de dividendos ao acionista câmara municipal de Loures

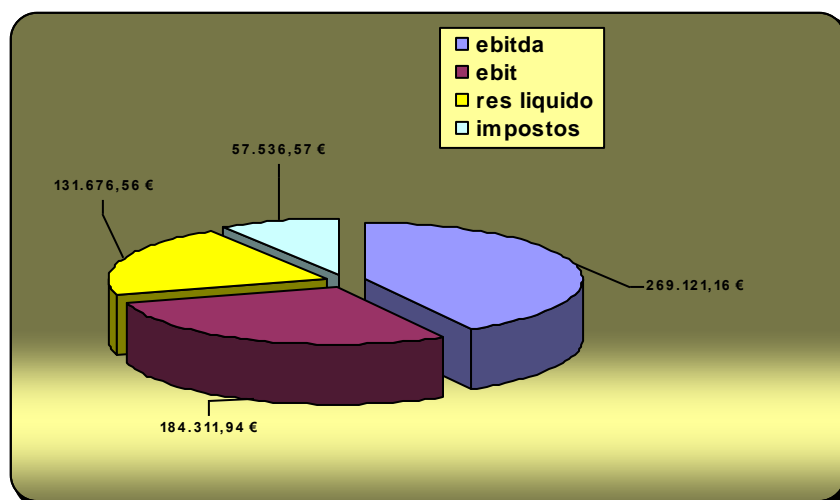


11 - Conclusões

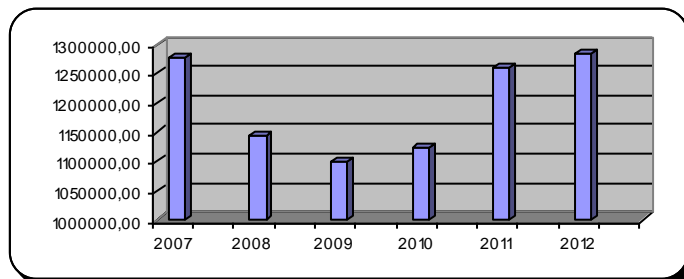
No ano 2012, a empresa manteve o equilíbrio económico - financeiro como fator determinante para a sua sustentabilidade. No ano em apreço, a empresa não recorreu a qualquer empréstimo e não tem qualquer dívida a terceiro.

Não existem deficiências ao nível da tesouraria. Os pagamentos a fornecedores são efetuados a trinta dias.

Verifica-se uma rentabilidade adequada mantendo-se um equilíbrio de tesouraria.



No gráfico infra mostra-se a evolução dos ganhos gerais da empresa, principalmente desde 2010 após serem tomadas medidas de sustentabilidade económica e de equilíbrio financeiro.



Loures, 15 de fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

José M. Domingues
Presidente

Luís Gestas
Vogal

II- BALANÇO

Lores Parque, E.M.

Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 505072947

Rubricas	Notas	2012	2011
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.3, 7	198.622,28	188.681,84
Activos Intangíveis	3.2, 7	8.967,83	7.382,38
Activos por impostos diferidos	8	0,00	20.177,52
Subtotal		207.590,11	216.241,74
Activo corrente			
Clientes	3.9b),9	5.196,00	7.336,24
Estado e outros entes públicos	3.11,16	0,00	6.801,47
Outras contas a receber	3.9,16	14.736,54	30.123,04
Diferimentos	16	266.825,78	280.571,09
Caixa e depósitos bancários	3.9a),4	554.009,79	354.735,12
Subtotal		840.768,11	679.566,96
Total do activo		1.048.358,22	895.808,69
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	11,12	798.076,64	798.076,64
Resultados transitados	12	-43.921,72	-96.914,59
Subtotal		754.154,92	701.162,05
Resultado liquido do exercicio	12	131.676,56	52.992,86
Total do capital próprio		885.831,48	754.154,91
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.9c)	12.342,32	19.091,28
Estado e outros entes publicos	3.11,16	59.949,42	36.110,63
Outras contas a pagar	3.9c),3,7,16	90.235,00	86.451,87
Subtotal		162.526,74	141.653,78
Total do Passivo		162.526,74	141.653,78
Total do capital próprio e do passivo		1.048.358,22	895.808,69

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração:

O Técnico oficial de contas _____

IV – ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO DE 2012

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade

A Loures Parque – Empresa Municipal de Estacionamento, E.M. (doravante designada por Loures Parque ou Empresa), é uma empresa municipal, constituída em 16 de Fevereiro de 2000, pessoa colectiva n.º 505072947.

1.2. Sede

A Empresa tem sede na Av. Dr. António Carvalho Figueiredo, n.º 28A, 2670-405 Loures,

1.3. Natureza da actividade

A actividade da Empresa consiste na construção, gestão, exploração, manutenção e concessão de zonas de estacionamento e a promoção do desenvolvimento no Concelho de Loures.

1.4. Designação da empresa-mãe

O capital social da Loures Parque é integralmente detido pela Câmara Municipal de Loures.

1.5. Sede da empresa-mãe

A Câmara Municipal de Loures tem sede na Praça da Liberdade, 4, 2674 - 501 Loures.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2012 foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010 e respectivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades)
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

A informação financeira apresentada teve por base o entendimento da atual redacção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e respectivas interpretações.

Apesar da plataforma existente as NCRF estão sujeitas a um processo contínuo de revisão, decorrente do qual poderão resultar alterações.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e baseado no custo histórico.

Os valores monetários encontram-se expressos em Euros.

2.2. Derrogação das disposições do SNC:

Não existiram, no decorrer do ano a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação das disposições prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

b) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios

económicos futuros para a Empresa, sejam por esta controláveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento corrente são registados como custo quando incorridos.

Os custos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, os valores incorridos são classificados como activos intangíveis.

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

A Loures Parque capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos upgrades. Estes activos são amortizados em três anos.

3.3. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis, adquiridos após aquela data, utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida útil:	N.º Anos
Equipamento Básico	3 a 16
Equipamento de Transporte	4 a 8
Equipamento Administrativo	5 a 8

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.4. Imparidade de activos

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica perdas por imparidade. A quantia recuperável é a maior entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à

alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, na demonstração de resultados como Reversão de perdas de imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

3.5. Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros, incluídos no valor das rendas, são registados como gastos de financiamento e a amortização do activo, registada como gastos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Os activos adquiridos mediante contratos de aluguer de longa duração são contabilizados pelo método operacional. De acordo com este método as rendas são registadas como custo na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

3.6. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

3.7. Férias e subsídios de férias

No final de cada exercício a Empresa regista, em “Acréscimos de gastos”, o montante de encargos com férias e subsídios de férias já vencidos, mas cujo pagamento só é devido no exercício seguinte.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

3.9. Instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respectiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Outros empréstimos, na demonstração da posição financeira.

b) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas.

c) Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

3.10. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no respectivo anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no seu anexo, quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.11. Impostos

A Empresa é tributada em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas, à taxa normal de 25%. Acresce a Derrama à taxa de 1,5% sobre o resultado tributável sujeito e não isento de IRC.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (sendo de cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, caso em que dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as

declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011, poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende, todavia, que eventuais correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das Autoridades Fiscais, não terão um efeito significativo nas respectivas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas como reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

Nos termos da legislação aplicável, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2010 os prejuízos fiscais ascenderam a 156.667,94 euros, tendo, a Empresa contabilizado os seguintes impostos diferidos activos:

Prejuízos fiscais reportáveis em 31 de Dezembro de 2010	156.968,24 euros
Taxa de IRC: 25% e Derrama 1,5%	
Saldo inicial de impostos diferidos activos	41.517,00 euros
IRC 2011	-21.339,48 euros
IRC 2012	-20.177,52 euros
Saldo final dos impostos diferidos activos a 31-12-2012	0,00 euros

3.12. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido independentemente do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

4. Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Loures parque não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

	Período findo a 31 de dezembro:	
	2012	2011
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	3.711,15	1.687,71
Descobertos bancários	0,00	0,00
Depósitos bancários	550.298,64	353.047,41
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	554.009,79	354.735,12

O detalhe do montante considerado como saldo final da rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos de demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 ‘e como se segue:

	Período findo a 31 de dezembro:	
	2012	2011
Numerário		
- Caixa	3.711,15	1.687,71
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	207.165,49	148.296,63
- Depósitos a prazo	343.133,15	204.750,78
	550.298,64	353.047,41
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	554.009,79	354.735,12
Equivalentes de caixa (passivo)	0,00	0,00
Total	554.009,79	354.735,12

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas contabilísticas e relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas e de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas pela Loures Parque, para os períodos apresentados.

5.3. Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6. Número médio de empregados

Em 31 de dezembro de 2012 o número médio de empregados foi de 34.

7. Activos fixos tangíveis e activos intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Activos Intangíveis					
programas de computador	93.956,74	7.900,00	0,00	0,00	101.856,74
Activos Fixos Tangíveis					
Equipamento básico.....	534.451,42	71.268,00	98,28	25.432,91	580.188,23
Equipamento de transporte.....	76.366,02	14.000,00	0,00	0,00	90.366,02
Equipamento administrativo.....	157.335,62	3.212,96		1.004,40	159.544,18
	768.153,06	88.480,96	98,28	26.437,31	830.098,43
TOTAL GERAL	862.109,80	96.380,96	98,28	26.437,31	931.955,17

Depreciações e Amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularização	Saldo final
Activos Intangíveis				
Software	86.574,36	6.314,55	0,00	92.888,91
Activos Fixos Tangíveis				
Equipamento básico	378.746,59	58.123,60	-25.485,34	411.384,85
Equipamento de transporte	64.251,10	11.424,17	0,00	75.675,27
Equipamento administrativo	136.473,53	8.946,90	-1.004,40	144.416,03
	579.471,22	78.494,67	-26.489,74	631.476,15
TOTAL GERAL	666.045,58	84.809,22	-26.489,74	724.365,06

8. Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O imposto diferido relativo aos prejuízos fiscais apurados refere-se aos seguintes exercícios:

	<u>Prejuízos fiscais</u>
Prejuízos fiscais reportáveis:	
- ano 2010	<u>156.968,24</u>
Dedução em 2011	80.996,48
Dedução em 2012	75.971,76
Prejuízos fiscais reportáveis fim do período:	
- ano 2012	<u>0,00</u>

9. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efectuado de acordo com a antiguidade da dívida

Em 31 de dezembro de 2012, existiam dívidas consideradas como de cobrança duvidosa (clientes) no valor global de 8.892,76 euros, para as quais se registou imparidade de dívidas a receber no mesmo montante.

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
219 - Imparidade de dívidas a receber	8.892,76	0,00	0,00	8.892,76

10. Movimentos ocorridos nas provisões acumuladas

A empresa não constituiu qualquer provisão no ano, apenas registou imparidade de dívidas a receber.

11. Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Empresa é de 798.076,64€, detido na totalidade pela Câmara Municipal de Loures.

12. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de capital próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capitais próprios, durante o período terminado em 31 de dezembro de 2012, foi como se segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Tranferências	Reduções	Saldo final
Capital social	798.076,64				798.076,64
Resultados transitados	-96.914,59	52.992,86	0,01		-43.921,72
Resultado do exercício	52.992,86	131.676,56	-52.992,86		131.676,56
Total	754.154,91	184.669,42	-52.992,85	0,00	885.831,48

Por deliberação do Conselho de Administração da Loures Parque, E.M., foi decidido que a aplicação de resultados líquidos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 fosse transferida para resultados transitados.

A conta dos resultados transitados foi afectada pelo valor de 156.737,38 recebido da Câmara Municipal de Loures, em 2011, mas respeitante ao exercício de 2010 nos termos do artigo 31º da Lei nº 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

13. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Administração	
- Remunerações	52.957,73
- Encargos sociais	8.309,62
Fiscal Único	6.000,00
Total	67.267,35

14. Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços do exercício de 2012 foram dirigidas na totalidade para o mercado interno.

15. Juros, gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos períodos de 2012 e 2011 é como segue:

Rubricas	Exercícios	
	Dez-12	Dez-11
Juros suportados	1.262,29	964,69
Outros custos e perdas financeiros	0,00	0,00
Resultados financeiros	4.901,19	1.399,95
	6.163,48	2.364,64
Juros obtidos	6.163,48	2.364,64

16. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos Resultados do Exercício:

* Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos com o Estado tinham a seguinte composição:

<u>Saldos devedores</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Retenção na fonte	1.532,33	507,39
Pagamentos por conta	9.407,06	11.354,63
Imposto estimado	-37.359,05	-5.060,55
	<u>-26.419,66</u>	<u>6.801,47</u>
<u>Saldos credores</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Retenção de impostos sobre rend	3.567,07	3.521,14
Imposto sobre o valor acrescenta	20.525,18	22.443,75
Contribuições segurança social	9.437,51	10.145,74
	<u>33.529,76</u>	<u>36.110,63</u>

*** Credores por acréscimos de gastos, devedores por acréscimos de rendimentos e diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a decomposição desta rubrica, é como segue:

<u>Acréscimos de Gastos</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Remunerações a liquidar	52.150,12	58.617,69
Outros	14.803,50	14.295,57
	<u>66.953,62</u>	<u>72.913,26</u>
<u>Acréscimos de Rendimentos</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Receita de Parcometros	14.169,51	11.757,42
Outros	0,00	15.116,34
	<u>14.169,51</u>	<u>26.873,76</u>
<u>Diferimentos</u>	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Obras na via pública a)	204.192,30	214.661,89
Sinalização horizontal a)	7.352,46	4.072,46
Seguros	5.556,71	15.051,36
Obras em Edificações Alheias a)	46.673,56	43.100,30
Outros	3.050,75	3.685,08
	<u>266.825,78</u>	<u>280.571,09</u>

a) Os custos diferidos das Obras na via pública e em edificações alheias estão a ser diferidos por 15 anos, os da Sinalização horizontal estão a ser diferidos por 4 anos.

*** Fornecimentos e serviços externos**

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Subcontratos – reboque de viatura	32.051,27	32.462,74
Outros subcontratos	3.450,00	3.595,82
Trabalhos especializados	30.792,50	44.130,20
Publicidade e propaganda	2.220,00	5.200,00
Honorários	18.600,00	24.600,00
Conservação e reparação	27.388,68	19.154,65
Serviços especializados	4.066,62	3.621,63
Materiais	27.118,05	40.096,69
Energia e fluidos	25.555,75	16.700,32
Rendas e alugueres	160.895,22	172.469,88
Comunicação	21.950,47	33.070,70
Seguros	12.269,15	10.796,45
Exploração espaços estacionamento	23.536,54	22.514,62
Imputação de Obras na Via Pública	25.525,39	23.301,91
Imputação de Sinalização Horizontal	2.513,50	5.117,41
Imputação de Obras em edificação	3.600,74	2.843,64
Outros	11.228,84	13.233,50
	<u>432.762,72</u>	<u>472.910,16</u>

*** Outros rendimentos e ganhos**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos desta rubrica tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Contra ordenações b)	75.102,75	127.484,77
Reboques e bloqueios c)	324.731,00	254.854,52
Outros	16.629,33	7.433,30

- b) Os proveitos das contra-ordenações ocorrem nos termos do art.º 71º n.º 1 al. d) do Código da Estrada, o estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada, sem o pagamento da respectiva taxa, constitui infracção. A referida infracção é punida com coima de 30€ - n.º 2 do artº 71º do CE. Conforme preceitua o Decreto-Lei 197/2008 de 07 de Outubro - regime de distribuição do produto das coimas, essa distribuição é feita da seguinte forma:
- 35% para o Ministério Finanças
 - 55% para a Entidade Fiscalizadora
 - 10% para a Autoridade Nacional Segurança Rodoviária
- Todos os processos por infracções rodoviárias são instruídos pela Autoridade Nacional Segurança Rodoviária. Assim, por cada contra-ordenação levantada pela Loures Parque, E.M., instruída pela ANSR e liquidada, cabe a quantia de 16,50 €.
- c) As condições e as taxas devidas pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos são as fixadas na Portaria n.º 1424/2001 de 13 de Dezembro, com a redação dada pela Portaria 1334F/2010 de 31 de Dezembro

Nos termos do art.º 9º da referida portaria, pelo bloqueamento de veículos ligeiros é devida a taxa de 64€;

Pela remoção da viatura para parque de depósito, é devida a taxa de 80€ - art.º 11º;

Pelo depósito da viatura é devida a taxa de 17€ por dia. - art.º 13º al. b);

Porém, se a viatura que vai proceder à remoção tiver chegado junto do veículo a remover, neste caso é devida a taxa de remoção de 80€ previsto na al. a) do art.º 11º.

A remoção de viaturas é feita por terceiros., em sistema de prestação de serviços, cabendo o pagamento por cada viatura removida a quantia de 22€. e também directamente pela Loures Parque, E.M

17. Compromissos

Os compromissos assumidos pela Loures Parque, à data do balanço do exercício findo a 31 de Dezembro de 2012, são como se segue:

Compromissos com Locações operacionais:

<u>Rendas vincendas</u>	<u>< 1ano</u>	<u>1 - 5 anos</u>	<u>> 5 anos</u>
Viaturas	8.612,88	11.020,78	-
Equipamento básico - Parcometros	29.449,80	23.377,64	-
Equipamento básico - Palm Tops	3.243,84	0,00	-
	41.306,52	34.398,42	-

17. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, a Loures Parque é detida a 100% pela Câmara Municipal de Loures.

(1) Natureza do relacionamento entre as partes relacionadas:

Acionista: Câmara Municipal de Loures

Relacionadas com a acionista: Serviços Municipalizados de Loures

(2) Transações e saldos pendentes

Acionista e suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a Loures Parque efectuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços prestados		
Câmara Municipal de Loures	0,00	485,00
Serviços Municipalizados de Loures	<u>3.024,36</u>	<u>3.788,58</u>
	<u>3.024,36</u>	<u>4.273,58</u>
Compras de serviços		
Câmara Municipal de Loures	0,00	0,00
Serviços Municipalizados de Loures	<u>1.824,28</u>	<u>970,23</u>
	<u>1.824,28</u>	<u>970,23</u>
	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2011</u>
Saldos devedores		
Câmara Municipal de Loures	0,00	485,00
Serviços Municipalizados Loures	<u>620,00</u>	<u>1.186,61</u>
	<u>620,00</u>	<u>1.671,61</u>
Saldos credores		
Câmara Municipal de Loures	-	-
Serviços Municipalizados Loures	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

O Conselho de Administração

José Manuel Domingues
 Presidente

Luís Filipe Teixeira Gestas
 Vogal

O Técnico Oficial de Contas
 Ana Filipa Moreira lanternas

V - Demonstração de Resultados por Natureza

Loures Parque, E.M.

Moeda: Unidade:
 EUR Euros
 Contribuinte: 505072947

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	3.6, 14	852.315,08	865.895,36
	62	Fornecimentos e serviços externos	16	-432.762,72	-472.910,16
	63	Gastos com pessoal	3.7,13	-550.218,72	-611.497,71
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	686,40
781/4; 786/8		Outros rendimentos e ganhos	16	416.463,08	389.772,59
	681/4; 686/8	Outros gastos e perdas		-16.675,56	-9.842,66
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		269.121,16	162.103,82
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.2,3.3,7	-84.809,22	-84.110,87
7625/6	655/6	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	3.4	0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		184.311,94	77.992,95
79		Juros e rendimentos similares obtidos	3.9,15	6.163,48	2.364,64
	69	Juros e gastos similares suportados	3.9,15	-1.262,29	-964,69
		Resultado antes de impostos		189.213,13	79.392,90
	812	Impostos sobre o rendimento do período	3.11	-57.536,57	-26.400,04
		Resultado líquido do período		131.676,56	52.992,86

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração:

O Técnico oficial de contas _____

VI - Demonstração de resultados por Funções

Loures Parque, E.M.

Moeda: Unidade:
EUR Euros
Contribuinte: 505072947

Nº	Rubrica	Notas	2012	2011
1	Vendas e serviços prestados (a)	3.6, 14	852.315,08	865.895,36
2	Custo das vendas e dos serviços prestados (b)	16	-710.724,66	-765.139,00
	Resultado bruto		141.590,42	100.756,36
3	Outros rendimentos	16	422.626,56	393.788,11
4	Gastos de distribuição	16, 7	-63.212,99	-61.982,69
5	Gastos administrativos	16, 7	-298.908,83	-345.737,73
7	Outros gastos	16	-11.619,74	-6.466,52
	Resultado operacional		190.475,42	80.357,53
8	Gastos de financiamento (líquidos)	3.9,15	-1.262,29	-964,63
9	Resultados imp. de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos		0,00	0,00
10	Rendimentos de investimentos financeiros		0,00	0,00
11	Perdas de imparidade e suas reversões		0,00	0,00
12	Ganhos (perdas) cambiais		0,00	0,00
	Resultado antes de impostos		189.213,13	79.392,90
13	Imposto sobre o rendimento do período	3.11	-57.536,57	-26.400,04
	Resultado líquido do período		131.676,56	52.992,86

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência:

O Técnico oficial de contas _____

VII - Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

Loures Parque, E.M.

Exercício:
2012

Moeda:
EUR

Unidade:
Euros

Contribuinte: 505072947

Rubricas	Exercícios		
	2012		2011
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes	1.345.533,92		1.475.056,18
Pagamentos a Fornecedores	-578.969,77		-611.019,87
Pagamentos ao Pessoal	-509.996,98		-597.154,36
Caixa geradas pelas operações	256.567,17		266.881,95
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-7.871,56		-5.492,85
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	8.406,55		26.295,93
Subtotal	534,99		20.803,08
Fluxos das actividades operacionais (1)		257.102,16	287.685,03
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-36.307,56		-5.541,75
Activos Intangíveis	-26.055,11		-36.300,10
Investimentos financeiros	0,00		0,00
Outros Activos	0,00		0,00
	-62.362,67		-41.841,85
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	0,00		0,00
Activos Intangíveis	0,00		0,00
Investimentos financeiros	0,00		0,00
Outros Activos	0,00		0,00
Subsídios ao investimento	0,00		0,00
Juros e rendimentos similares	4.583,17		1.857,43
Dividendos	0,00		0,00
	4.583,17		1.857,43
Fluxos das actividades de investimento (2)		-57.779,50	-39.984,42
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00
Cobertura de prejuízos	0,00		0,00
Doações	0,00		0,00
Outras operações de financiamento	0,00		0,00
	0,00		0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	0,00		0,00
Juros e gastos similares	-47,99		-20,27
Dividendos	0,00		0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio	0,00		0,00
Outras operações de financiamento	0,00		0,00
	-47,99		-20,27
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-47,99	-20,27
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		199.274,67	247.680,34
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		354.735,12	107.054,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		554.009,79	354.735,12

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração:

O Técnico oficial de contas _____

VIII - Demonstração das Alterações no Capital Próprio

		Capital realizado	Prêmios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 01 de Janeiro de 2011	1	798.076,64	0,00	0,00	0,00	-139.066,79	0,00	-117.255,16	541.754,69
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico									
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	-117.255,16	0,00	117.255,16	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	2.669,98	0,00	0,00	2.669,98
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	-114.585,18	0,00	117.255,16	2.669,98
Resultado líquido do período	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.992,86	52.992,86
Resultado integral	4=2+3							52.992,86	55.662,84
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	156.737,38	0,00	0,00	156.737,38
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	156.737,38	0,00	0,00	156.737,38
A 31 de Dezembro de 2011	1	798.076,64	0,00	0,00	0,00	-96.914,59	0,00	52.992,86	754.154,91
Alterações no período									
Primeira adoção de novo referencial contábilístico									
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	52.992,86	0,00	-52.992,86	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	52.992,87	0,00	-52.992,86	0,01
Resultado líquido do período	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131.676,56	131.676,56
Resultado integral	4=2+3							131.676,56	131.676,57
Operações com detentores de capital no período									
Realizações de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2012	6=1+2+3+5	798.076,64	0,00	0,00	0,00	-43.921,72	0,00	131.676,56	885.831,48

A Administração:

O Técnico oficial de contas _____